

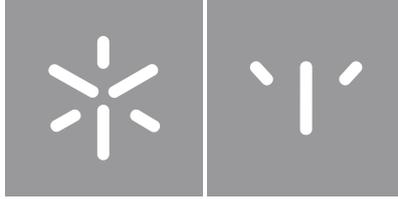


**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Raquel Leandro dos Santos

**Perceções de pornógrafos infantis acerca  
da evolução e papel do seu comportamento  
criminal**



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Raquel Leandro dos Santos

**Perceções de pornógrafos infantis acerca  
da evolução e papel do seu comportamento  
criminal**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves**  
e da  
**Doutora Filipa Teixeira**

## Declaração

Nome: Raquel Leandro dos Santos

Endereço eletrónico: pg33453@alunos.uminho.pt

Telemóvel: +351927232099

Número do cartão de cidadão: 14083627

Título da dissertação: Perceções de pornógrafos infantis acerca da evolução e papel do seu comportamento criminal

Orientação: Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, Doutora Filipa Teixeira

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Psicologia Aplicada

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 08/06/2018

Assinatura: Raquel Santos

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	6
Método.....	9
Participantes .....	9
Instrumento.....	10
Procedimentos de recolha de dados.....	10
Análise de dados .....	11
Resultados .....	11
Caraterização dos Sujeitos .....	12
Do acaso ao hábito e à cessação .....	15
Contacto com Sistema de Justiça.....	18
Discussão.....	20
Referências .....	26

## Índice de figuras

<i>Figura 1.</i> Mapa temático relativo ao tema central “Caraterização dos Sujeitos” .....	15
<i>Figure 2.</i> Mapa temático relativo ao tema central “Do acaso ao hábito e à cessação do comportamento criminoso” .....	18
<i>Figura 3.</i> Mapa temático relativo ao tema central “Contacto com o Sistema de Justiça” .....	20

## Agradecimentos

Sem o apoio de todos os que me são próximos este trabalho não seria possível. Obrigada pela confiança e por toda a força.

Ao Professor Doutor Rui Abrunhosa pela dedicação e auxílio ao longo do tempo. À Doutora Filipa Teixeira pela paciência, motivação e paixão com que trabalha e principalmente, por não me ter deixado desistir.

Aos participantes do estudo, que embora seja um tema delicado se disponibilizaram a colaborar e permitiram a realização deste estudo.

Aos meus pais, por estarem sempre lá e acreditarem em mim. Por me ampararem nos momentos menos bons. Sem vocês, não tinha chegado até aqui.

À Doutora Sandra Dinis Barroso, pelas conversas e sorrisos partilhados. Por toda a disponibilidade e conselhos. Que nunca deixemos de sonhar.

Às minhas amigas Joana e Ana, pela partilha dos nossos momentos, por estarem presentes. Que a amizade que nos une perdure por muitos anos.

A ti, Diogo, pelo amor, apoio e compreensão. Pelas horas em que não me permitiste baixar os braços. Porque sempre acreditaste que ia conseguir. Obrigada é pouco por tudo aquilo que fizeste.

"Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo, - é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda."

**Antoine de Saint-Exupery**

## Perceções de pornógrafos infantis acerca da evolução e papel do seu comportamento criminal

### Resumo

A pornografia infantil é um crime cuja prevalência tem aumentado tanto a nível mundial, como em Portugal. No nosso país, são escassos os estudos que procuram caracterizar os pornógrafos infantis, explorando em profundidade a sua visão sobre este comportamento. Este estudo procurou compreender como os pornógrafos infantis percecionam o seu comportamento criminoso, a forma como evolui e o papel deste nas suas vidas. Realizaram-se nove entrevistas semiestruturadas a indivíduos identificados pelo crime de pornografia de menores e em acompanhamento em equipas de reinserção na zona norte do país. Emergiram três temas centrais: 1) Caracterização dos sujeitos, destacando-se dimensões como impulsividade, ausência de empatia, isolamento social e distorções cognitivas que levam a que não percecionem os menores enquanto vítimas, nem os próprios enquanto agressores e, conseqüentemente, a pornografia infantil como algo não criminoso; 2) Do acaso ao hábito e à cessação, salientando-se a ocasionalidade do primeiro contacto que evolui para a adoção da visualização de pornografia infantil enquanto estratégia de coping; e 3) Contacto com o Sistema de Justiça, que é conceptualizado de forma positiva. Futuras investigações devem explorar o papel das distorções cognitivas e a adoção de estratégias de coping alternativas por forma a diminuir a reincidência do crime.

*Palavras-chave:* pornografia infantil, perceções, papel, estudo qualitativo

## Child pornographers' perceptions about the evolution and role of their criminal behavior

### **Abstract**

Child pornography is a crime that has been rising, not just on a world-wide level, but also in Portugal. In our country, studies that aim to characterize child pornographers by focusing on their point of view about their behavior are rare. This study aimed to understand how child pornographers perceive their criminal behavior, its evolution and its role on their lives. Nine semi-structured interviews were conducted with individuals prosecuted for the crime of child pornography and currently receiving counseling by social reintegration teams, located in the north of the country. Three central themes emerged: 1) Characterization of subjects, highlighting dimensions such as impulsivity, lack of empathy, social isolation and cognitive distortions indicating that children are not perceived as victims, neither the subjects perceive themselves as offenders, and, consequently, child pornography is not a crime; 2) From unplanned behavior to habit and its cessation, emphasizing the randomly first contact that evolves to the adoption of child pornography as a coping strategy and; 3) Contact with the Justice System, conceptualized as a positive experience. Future investigations should explore the role of cognitive distortions and the adoption of alternative coping strategies as way to improve interventions and decrease the risk of recidivism.

*Keywords:* child pornography, perceptions, role, qualitative study

## Perceções de pornógrafos infantis acerca da evolução e papel do seu comportamento criminal

A pornografia infantil (PI) é um crime que tem aumentado significativamente a sua prevalência, não só a nível mundial, como também em Portugal. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), referente ao ano 2017, e no que concerne aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, a PI é o terceiro crime com maior número de detenções (14.3%), sendo precedido pelos crimes de abuso sexual (42.6%) e de violação (18.7%). No período decorrente entre outubro de 2013 e junho de 2016, registaram-se 2880 participações no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), sendo que foram abertos cerca de 1350 inquéritos (PGR, 2016).

O fenómeno de PI é anterior ao aparecimento da internet (Quayle & Taylor, 2002). No entanto, é reconhecido o impacto que esta teve no comportamento criminoso, dando-lhe um novo ímpeto desenvolvimental ao possibilitar a divulgação e utilização em larga escala de conteúdos pornográficos envolvendo menores (Wortley & Smallbone, 2006). Efetivamente, esta permite que a PI seja distribuída global, rápida e eficazmente e em tempo real (Cohen-Almagor, 2013; Prichard, Watters, & Spiranovic, 2011) o que, aliada à facilitação de dimensões como anonimato e confidencialidade, tem-se repercutido no aumento da população que consome estes conteúdos (Burke, Sowerbutts, Blundell, & Sherry, 2002). A internet é, pois, utilizada com diferentes propósitos, nomeadamente: 1) Criar comunidades virtuais, permitindo a comunicação e partilha de informação entre indivíduos cujas mentalidades se assemelham (Cohen-Almagor, 2013; Quayle & Taylor, 2002); 2) Colecionar e Partilhar, uma vez que a partilha ocorre de forma imediata, contribuindo para a gratificação sexual dos seus consumidores; 3) Comercializar, visando apenas ganhos financeiros e; 4) Seduzir e Aliciar, recorrendo à manipulação e coerção para que o menor se envolva nos comportamentos desejados (Cohen-Almagor, 2013).

Decorrente desta utilização constante da Internet, surge a distinção entre “online offenders” e “offline offenders” (Babchishin, Hanson, & VanZuylen, 2015). Os primeiros são frequentemente caracterizados como indivíduos que apenas recorrem a "ambientes" virtuais para contactarem ou aliciarem menores tendo como recursos, por exemplo, redes sociais, *chatrooms*, não estabelecendo contactos pessoais com as vítimas (Babchishin, Hanson, & Hermann, 2011). O seu interesse sexual por crianças tende a ser elevado (Babchishin et al., 2015), no entanto, tendem a possuir barreiras psicológicas, nomeadamente, elevada empatia (Henshaw, Ogloff, & Clough, 2015), elevado autocontrolo e menores propensões antissociais, que inviabilizam a ofensa sexual (Babchishin et al., 2015). Por sua vez, os “offline offenders” são sujeitos que acedem a conteúdos de PI através da

internet, mas que, simultaneamente, desejam, procuram e mantêm contactos físicos com crianças nomeadamente, abuso sexual. Babchishin e colaboradores (2015) referiram que estes sujeitos pontuam alto quanto ao risco de reincidência e características antissociais, nomeadamente, traços de personalidade e atitudes de desrespeito pelas normas da sociedade, desrespeito pela segurança dos outros, ausência de remorsos, impulsividade e incumprimento constante de regras.

Estudos comparativos entre “online offenders” e abusadores sexuais de menores, permitiram agrupar semelhanças e diferenças entre estes grupos. Ao nível dos fatores sociodemográficos, resultados da literatura sugerem que o primeiro grupo tende a ser caucasiano, possuir idades compreendidas entre os 25 e os 50 anos, habilitações académicas superiores, maior probabilidade de estar empregado, de ter um relacionamento e filhos, não apresentando antecedentes criminais (Babchishin et al., 2011, 2015; Burke et al., 2002; Henshaw et al., 2015; Reijnen, Bulten, & Nijman, 2009; Webb, Craissati, & Keen, 2007). No entanto, na meta-análise desenvolvida por Babchishin (2011), o autor evidenciou algumas contradições na literatura, nomeadamente, estudos que sugerem que os “online offenders” podiam ser também indivíduos solteiros, que habitavam sozinhos e, frequentemente, não tinham filhos próprios. Este autor mencionou também que em termos psicossociais, os “online offenders” detêm baixa probabilidade de consumir substâncias psicoativas, apresentam um histórico de abuso na infância, seja sexual ou físico e, dificilmente apresentam um passado criminal envolvendo PI. Acresce que, a nível psicológico, tendem a manifestar distorções cognitivas, maior isolamento social e baixa autoestima. Porém, detêm maior capacidade de fantasiar e maior atração sexual por crianças.

Segundo a literatura, a génese do comportamento de PI tem na sua base diversas motivações, podendo dever-se tanto a questões de impulsividade ou mera curiosidade (Babchishin et al., 2011; Prichard et al., 2011), sem manifestação de interesse sexual por crianças, como à satisfação de necessidades sexuais sem ocorrência de contactos físicos com menores, produção de conteúdos pornográficos visando ganhos financeiros e/ou ainda, facilitação de contactos para posteriores ofensas sexuais (Babchishin et al., 2011). Quayle e Taylor (2002a), referem que a génese dos consumos de PI, pode também estar associada quer a alterações do estado de humor, nomeadamente depressão, ansiedade ou isolamento, quer à facilitação de estabelecimento de relações interpessoais, uma vez que a internet é vista como um desinibidor, permitindo o desenvolvimento de amizades, sem ser pelas vias mais tradicionais (Quayle & Taylor, 2002).

Quayle e Taylor (2002) e Prichard e colaboradores (2011), identificaram nos seus estudos fatores comuns para a manutenção do comportamento de PI. Um dos primeiros fatores prende-se com

a gratificação sexual que, através de uma grande seleção de imagens, sustenta as fantasias sexuais dos pornógrafos. A coleção em si mesma, surge também como um fator de manutenção dada a obtenção de prazer com o ato de colecionar imagens. O facto de os pornógrafos considerarem a PI como facilitador das relações interpessoais contribui igualmente para a manutenção deste comportamento pois, ao integrarem grupos que partilham dos mesmos interesses, desenvolvem sentimentos de pertença e consideram os restantes elementos como fontes de apoio. O evitamento da vida real também é descrito como fator de manutenção, visto permitir substituir relações consideradas como não satisfatórias no quotidiano destes indivíduos, os quais alegam que a PI lhes permite estar num mundo mais íntimo e privado, funcionando como um escape da sua vida pouco sociável. Não obstante, a PI pode atuar como forma de resistência a uma ofensa física contra crianças (Prichard et al., 2011), uma vez que é considerada como forma de terapia que permite um maior controlo de impulsos (Quayle & Taylor, 2002). Para alguns ofensores, o download de conteúdos envolvendo menores pode constituir-se como uma forma de evitamento de determinados estados emocionais ou, como estratégia para lidar com os mesmos, mantendo os comportamentos devido a crenças erradas quer sobre si mesmos, quer sobre os conteúdos que visualizam (Reijnen et al., 2009).

A manifestação de distorções cognitivas é algo que também caracteriza estes sujeitos. No estudo de Burke e colaboradores (2002), destacou-se que a presença de distorções impedia a perceção da PI como um crime com vítimas, nomeadamente, verificou-se a crença que os menores envolvidos em pornografia não apresentam sofrimento, sendo retratados a sorrir ou com expressões neutras, justificando e reforçando quer o interesse sexual por crianças, quer o pensamento distorcido, quer o comportamento ofensivo. Não obstante, são mencionadas na literatura outras distorções, designadamente, a ausência de danos para as vítimas apenas pela visualização de conteúdos de PI, a concordância e apreciação por parte dos menores envolvidos (Prichard et al., 2011), a minimização da extensão, ou seja, a crença de que crianças com idades superiores a 14 anos não são menores, a minimização da gravidade do ato de visualização por comparação com o abuso e, por fim, a desculpabilização/justificação alegando que se trata de material acessível online (Burke et al., 2002).

Um dos problemas identificados na literatura no crime de PI prende-se com a sua definição e a delimitação dos conteúdos a serem considerados como tal, uma vez que nem sempre imagens de crianças nuas são consideradas pornográficas, podendo apenas ser consideradas eróticas ou artísticas. Porém, focar os genitais ou revelar qualquer tipo de atividade sexual tem sido definido, à partida, como PI (Wells, Finkelhor, Wolak, & Mitchell, 2007). Neste sentido, a definição de PI varia culturalmente. Em Portugal, uma definição recorrente é a exibição de imagens de crianças menores de idade, em

situações sexuais ou implicitamente sexuais (Azevedo, 2010). De acordo com o Código Penal (2017), art.176º, é considerado pornógrafo infantil *quem utilizar ou aliciar um menor para espetáculo pornográfico, ou o incluir em fotografias, filmes ou gravações pornográficas, ou produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar ou ceder a qualquer outro, independentemente do meio ou adquirir ou detiver materiais com conteúdos pornográficos é punido por lei com uma pena que varia entre um e cinco anos de prisão.*

Poucos são os estudos centrados nos pornógrafos infantis, particularmente na sua caracterização (Burke et al., 2002; Reijnen et al., 2009), sendo o foco habitual as crianças e a objetificação que têm sido alvo ao longo dos tempos por parte destes sujeitos. Neste sentido, a literatura apresenta ainda contradições relativas a essas características, o que justifica a necessidade de se realizarem mais investigações neste sentido. Também em Portugal são escassos os estudos sobre a caracterização de pornógrafos infantis e que explorem em profundidade a visão destes sujeitos acerca do seu comportamento e do que este representa para as suas vidas. Paralelamente, é relevante compreender-se que fatores estão subjacentes à génese do comportamento, para que se possam desenvolver formas de intervenção mais eficazes e prevenir a reincidência no crime. Assim, recorrendo-se a uma metodologia qualitativa, pretendeu-se responder à questão de investigação “Como é que os pornógrafos infantis percecionam o seu comportamento criminoso e que papel é que este tem para as suas vidas?”. Esta questão foi decomposta nos seguintes objetivos de investigação: 1) compreender a génese e evolução do comportamento criminoso; 2) considerar o papel da pornografia infantil na vida dos ofensores; 3) depreender qual a perceção acerca da pornografia infantil e; 4) conhecer o impacto do crime nas suas vidas.

### **Método**

Com base numa abordagem qualitativa procurou-se aprofundar um tema pouco estudado na literatura, sendo a análise dos dados orientada pelos pressupostos da *Análise Temática* (Braun & Clarke, 2006). Este método, caracterizado pela sua flexibilidade, permite identificar, organizar e estabelecer padrões (ou temas) a partir do discurso dos sujeitos, fornecendo, assim, uma compreensão com maior detalhe e de forma sistemática das experiências e vivências dos indivíduos, do modo como estes as percecionam e dos significados que lhes atribuem (Braun & Clarke, 2006).

### **Participantes**

A amostra foi constituída por nove pornógrafos infantis, que se encontravam em acompanhamento em equipas de reinserção da zona do norte do país e na Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária (UPJC). Para serem incluídos na amostra, os participantes tinham de ser

indivíduos identificados e julgados em tribunal pelo crime de PI, ou seja, serem consumidores de conteúdos que envolvessem crianças menores de idade, em atividades implícita ou explicitamente sexuais. Seriam excluídos da amostra os indivíduos indiciados e/ou julgados pelo crime de abuso sexual de menores.

Os participantes tinham idades compreendidas entre 21 e 61 anos, sendo a média de idades de 41.44 anos ( $DP = 15.69$ ), todos com nacionalidade portuguesa. Quanto ao estado civil, cinco entrevistados eram solteiros, dois eram casados, um era divorciado e um encontrava-se em união de facto. Relativamente às habilitações académicas, apenas um dos sujeitos apresentava o segundo Ciclo do Ensino Básico, cinco tinham completado o terceiro Ciclo do Ensino Básico e três o Ensino Secundário. As penas variavam entre 10 meses e quatro anos e seis meses, encontrando-se dois indivíduos com Suspensão Provisória do Processo e um com pena suspensa.

### **Instrumento**

Para a realização das entrevistas semiestruturadas foi desenvolvido, propositadamente e com base numa revisão de literatura, um guião de entrevista que direcionava a interação e incorporava os objetivos do estudo. Este foi primariamente composto por nove questões abertas que, ao longo do processo simultâneo de recolha e análise dos dados, foram sendo alteradas de modo a proceder-se à exploração mais aprofundada dos temas emergentes. Alguns dos tópicos abordados relacionavam-se com os primeiros contactos com a PI e como se processaram, o momento de entrada no sistema de justiça e o modo como percecionavam o crime. O guião foi previamente testado para averiguação da adequação e compreensibilidade do mesmo.

Foi ainda utilizado um questionário sociodemográfico para recolha de informações quanto a questões relativas ao estado civil, à escolaridade, duração da pena judicial e condenações por outros crimes, caso existissem.

### **Procedimentos de recolha de dados**

Para a realização desta investigação solicitou-se parecer ético à Comissão de Ética da Universidade do Minho, seguido de um pedido de autorização para realização do estudo à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e à UPJC.

Mediante parecer positivo, entrou-se em contacto com os responsáveis destas instituições para identificação dos participantes e agendamento das entrevistas de acordo com o horário mais conveniente.

Após terem sido explicados os objetivos da investigação, foi administrado o consentimento informado no qual era referido não só a participação livre e voluntária no estudo, como as questões

associadas ao anonimato, confidencialidade e possibilidade de desistência a qualquer momento da entrevista e sem qualquer consequência. Foi também pedida autorização para a gravação áudio da entrevista para uma análise mais fidedigna dos dados.

A realização das entrevistas ocorreu de forma individual, num momento único, sendo que a duração variou entre os 16 e os 93 minutos. Estas decorreram entre dezembro de 2017 e abril de 2018. O questionário sociodemográfico foi administrado no final de cada entrevista.

### **Análise de dados**

Tal como mencionado anteriormente, a recolha e análise dos dados ocorreram de forma simultânea, para uma maior exploração dos temas emergentes. Todas as entrevistas foram transcritas *verbatim*, eliminando-se os dados que permitissem identificar os indivíduos, salvaguardando-se, assim, o anonimato dos mesmos. As entrevistas foram analisadas de acordo com a sua ordem de realização e com recurso ao *software* NVivo 10. A *Análise Temática* teve por base uma abordagem indutiva, ou seja, iniciou-se sem um quadro de codificação prévio (Braun & Clarke, 2006). Numa primeira fase, procurou-se a familiarização com as primeiras duas entrevistas, procurando-se (dis)semelhanças entre ambas e adotando-se a ideia como unidade de análise. A codificação inicial serviu de base para construção de um quadro de codificação (indutivo) que orientou as análises seguintes, sendo reformulado à medida que emergiam novos dados. Posteriormente, a análise foi progredindo para um nível mais abstrato, conduzindo à identificação de padrões e temas centrais que visavam responder à questão de investigação definida.

Ao longo de todo o processo de recolha e análise de dados utilizou-se o método de comparação constante, memorandos para registo de ideias e processos de tomada de decisão, e diferenças e dúvidas de interpretação foram partilhadas e discutidas entre investigadores, até se obter consenso (Hill, Thompson, & Williams, 1997) na identificação dos temas centrais e subtemas.

Para tratamento dos dados sociodemográficos foi utilizada estatística descritiva.

### **Resultados**

Da *Análise Temática* emergiram três temas centrais: 1) *Caraterização dos Sujeitos*; 2) *Do acaso ao hábito e à cessação do comportamento criminoso* e 3) *Contacto com o Sistema de Justiça*. Estes temas englobam um conjunto de aspetos relatados pelos participantes que permitiram compreender como é que estes percecionam o seu comportamento de PI e qual o papel deste para as suas vidas. Apesar de não incluído nos temas, um dado importante a salientar prende-se com a heterogeneidade dos discursos e percursos encontrados. Apesar de ter sido possível identificar aspetos comuns e padrões nos discursos dos participantes, salienta-se uma elevada variedade em termos discursivos

quanto à história de vida, características e contacto com a pornografia infantil que, dadas as limitações de tempo, não foi devidamente explorada, não se alcançando a saturação dos dados. Temas e respetivos subtemas serão descritos seguidamente e, sempre que necessário, ilustrados através de mapas temáticos e/ou de excertos das entrevistas.

### 1) Caracterização dos Sujeitos:

Através da forma como organizaram o seu discurso e com base nas informações que foram prestando acerca da sua história de vida, do seu contexto e interações psicossociais, foi possível identificar um conjunto de aspetos que, não só ajudaram a caracterizar estes sujeitos, como possibilitaram uma maior compreensão do seu comportamento criminoso, servindo igualmente de suporte para algumas dimensões dos outros temas centrais. A caracterização destes sujeitos foi organizada em três dimensões: a) características de personalidade; b) características sociais e c) características cognitivas (Figura 1).

**a) Características de personalidade.** Inclui um conjunto de atributos que os entrevistados demonstraram possuir, que os definem e influenciam o modo como pensam e agem. Aspetos como impulsividade, egocentrismo e autoestima elevada foram identificados na maioria dos sujeitos da amostra.

**Impulsividade.** De modo a satisfazer as suas necessidades pessoais no imediato, observou-se que os participantes tendem a agir de forma precipitada, de acordo com o que sentem no momento, revelando uma ausência de reflexão sobre possíveis consequências. Tal como é mencionado pelo participante 2: *“Era o que calhava, era o que estivesse disponível, online, ou lá como se diz isso.”*, pelo participante 9: *“...e um bocado em termos de raiva fiz upload dos mesmos para sites que não devia.”* e pelo participante 10: *“Porque eu tinha alturas em que se fizesse cinco euros, ia gastar os cinco euros em horas na internet.”*

**Egocentrismo.** Denota-se um discurso muito voltado para o *self*, focalizado no próprio bem-estar, com intuito de satisfazer as suas necessidades emocionais. Os interesses próprios são considerados mais importantes, desvalorizando os demais ao seu redor. Por exemplo, o participante 5 afirmou: *“Porque sei lá é uma coisa muito própria, muito minha. Não falei com ninguém, não é?”*. Já o participante 9 referiu: *“Eu quando via os vídeos gostava de, é um bocadinho egoísta, gostava de me ver.”*, e o participante 10: *“A minha satisfação era realmente vê-los a masturbarem-se e aquelas coisas. Era por aí que eu me sentia atraído.”*

**Autoestima.** A obtenção de material pornográfico, por si só, e não pelo seu conteúdo envolvendo menores, parece relacionar-se com sentimentos de empoderamento, uma vez que, sendo

bem-sucedidos no seu propósito, sentem-se realizados e percebem sensações de maior poder e controlo, dando continuidade ao seu comportamento. Isto pode ser corroborado, tendo por base o exemplo do participante 2: “*Naquela altura sentia-me realizado. (...) Podia estar um bocadinho triste ou assim, mas se conseguisse ver um bocadinho daquilo ou assim, sentia-me melhor durante o dia, ou mesmo no dia a seguir, ou assim.*”

**Empatia.** Depreende-se no discurso dos participantes uma ausência de empatia, no sentido em que apresentam dificuldades em se posicionarem face aos outros, de identificarem sofrimento naqueles com quem interagem, sendo esta característica ainda mais saliente aquando do contacto e visualização de conteúdos pornográficos envolvendo menores. Tendem a não percecioná-los enquanto vítimas de um fenómeno, objetificando-os e diminuindo-os. Nomeadamente, o participante 2 relata: “*... a infelicidade delas, e mesmo também desculpem a palavra e o termo que eu vou dizer... “Burridade” elas forneciam.*”. Por sua vez, o participante 6 refere: “*Eu tenho a consciência tranquila. Uma coisa é certa, eu tenho a perfeita consciência de uma coisa. Eu não conhecia as vítimas (...)*”

**b) Características sociais.** Segundo o discurso dos participantes, em termos sociais e de relacionamento com os outros, identificaram-se dois padrões distintos: isolamento e instabilidade nas relações interpessoais.

**Isolamento Social.** A maioria dos participantes menciona possuir um estilo de vida social pouco ativo, dando preferência a atividades que não requerem convivência com outros. Têm maior inclinação para o uso de tecnologias e da internet, onde ocupam grande parte do tempo, dando-lhes preferência e prioridade, em detrimento de atividades ao ar livre ou de convívio com os outros. Este isolamento traduz-se em expressões utilizadas, por exemplo, pelo participante 2 como “*...porque preferia estar em casa, por exemplo a ver aquilo ou ter aquele bocado de prazer ali assim a ver, de que estar por exemplo a ir com os meus colegas, ir para a rua, ir beber e assim.*”.

**Relacionamentos interpessoais instáveis.** As ligações interpessoais que estabelecem são em grande parte familiares, sendo descritas como complicadas e delicadas. Por um lado, a existência de um laço que não querem quebrar apenas por se tratar de família direta, mesmo quando as relações se revelaram negligentes e agressivas, por outro, a ausência (morte) de um dos progenitores, deixando-os desorientados. O que pode ser evidenciado pelo discurso do participante 6: “*Hum... a minha mãe sempre foi uma mãe ausente, e quando era presente era muito, muito, superagressiva. (...) A minha relação com a minha mãe sempre foi boa, boa no sentido de ser obrigado a ter uma relação familiar (...)*” e do participante 8: “*se calhar a morte da minha mãe, por um lado muito sem eu saber nada da vida praticamente*”.

c) **Caraterísticas cognitivas.** Denotou-se, através do discurso dos entrevistados uma tendência não só para, frequentemente, desculpabilizarem o seu comportamento em relação à PI, não assumindo responsabilidade pelos seus comportamentos e atribuindo culpa a fatores externos, como também para a manifestação de crenças disfuncionais acerca dos conteúdos visualizados, destacando-se a não conceção dos menores enquanto vítimas.

**Atribuições/Controlo Externo.** Verifica-se que a culpa e responsabilidade são atribuídas a fatores externos, perante os quais nada podem fazer, isto é, o seu envolvimento não ocorreu por vontade própria ou de forma intencional. No seu discurso depreende-se que, não só não se percecionam como agressores, como sentem-se vítimas de um fenómeno (o que salienta as características de egocentrismo e ausência de empatia) em que o mundo exterior parece “conspirar” contra o seu comportamento, aparentemente inocente. Nomeadamente, atribuem a responsabilidade do seu comportamento à facilidade e ao livre acesso de conteúdos digitais, à sociedade que não informa devidamente os seus cidadãos, à livre circulação destes conteúdos na internet e às crianças que se colocam em situação suscetível ao desenvolvimento destes conteúdos. Estas atribuições refletem algumas das distorções cognitivas identificadas no discurso destes participantes.

(E7): “*Qualquer um dá para você ter acesso a essas coisas. Infelizmente. Infelizmente isso está na internet livre com acesso a qualquer pessoa hoje. Hoje posso-lhe dizer que qualquer pessoa tem acesso a isso.*”

(E10): “*Mas, como estavam na internet, na altura, eu pensei que não era proibitivo. Ou seja, que não era assim tão proibitivo.*”

**Crenças Disfuncionais.** Ao longo dos discursos é comum identificarem-se pensamentos distorcidos, quer em relação ao envolvimento de crianças em conteúdos pornográficos, quer em relação ao crime de pornografia de menores. Do seu ponto de vista, não é crime o envolvimento de crianças em contextos sexuais, nem a visualização de pornografia de menores, uma vez que não são estabelecidos contactos diretos com o interveniente, não havendo, por isso, qualquer forma de prejuízo para este. Não percecionam, assim, os menores enquanto vítimas, considerando, inclusivamente, que o seu envolvimento é voluntário, que se trata de um momento de encenação à semelhança da pornografia de adultos e que obtêm prazer durante o ato sexual.

(E6): “*Uma coisa é certa, eu tenho a perfeita consciência de uma coisa. Eu não conhecia as vítimas, nunca tive contacto físico com elas e nem nunca as agredi, de qualquer espécie, portanto... a minha consciência aí, eu posso um dia morrer que eu estou tranquilo.*”

(E7): “deixa-me perplexo, na dúvida é que, por vezes, vê crianças que parece que desfrutam da coisa, não é? É como se dissesse, sentem prazer, não é?”

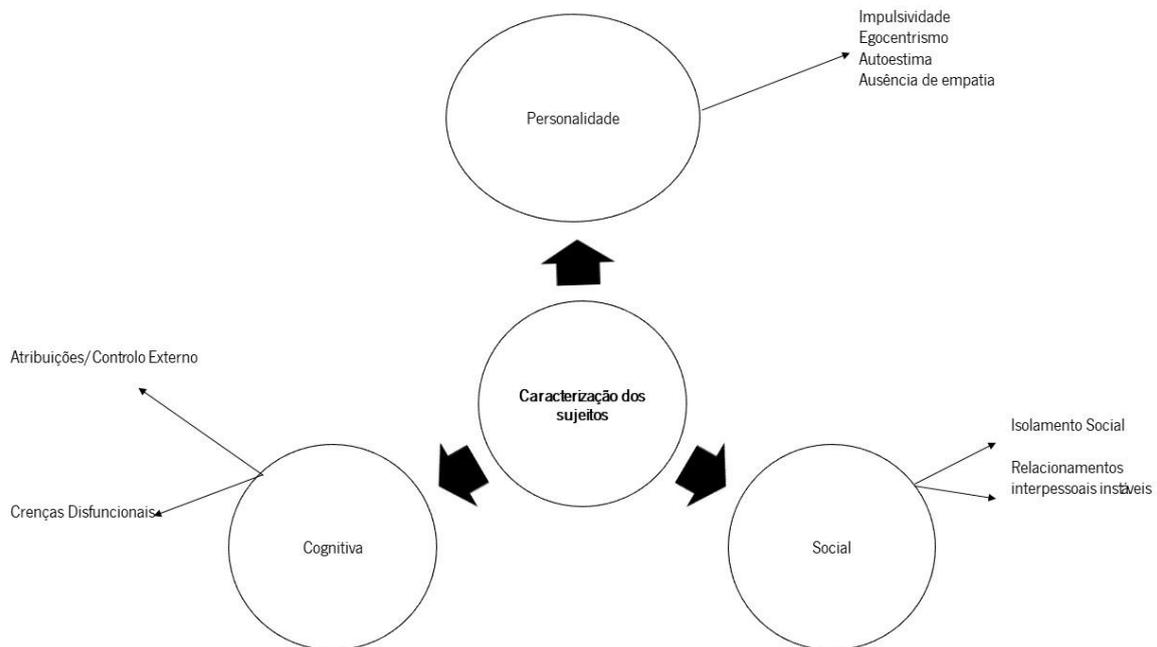


Figura 1. Mapa temático relativo ao tema central “Caraterização dos Sujeitos”

## 2) Do acaso ao hábito e à cessação:

Esta categoria, descreve a compreensão que os entrevistados fazem da evolução do contacto que tiveram com PI, desde o primeiro momento, ao desenvolvimento do hábito até à sua cessação (Figura2).

**a) Antecedentes.** Para a maioria dos participantes, o contacto com PI ocorreu de forma ocasional e não programada, existindo desconhecimento face ao crime e às suas implicações. Foi possível identificar dois aspetos comuns que conduziram ao contacto com PI, nomeadamente, ser consumidor de pornografia de adultos e ter um conjunto de circunstâncias de vida potenciadoras deste comportamento. No que concerne à *visualização prévia de pornografia de adultos*, esta era frequente, tendo em vista a satisfação de necessidades sexuais, sendo a procura deliberada e intencional. Os participantes consideravam ser um comportamento normativo, desempenhado pela maioria da população adulta ((E4): “*Basicamente eu consultava tipo um site para ver pornografia, como toda a gente faz...*”), utilizando diferentes recursos, como vídeos e fotografias. Esta prática acaba, numa fase posterior, por ser abandonada em prol de PI. Todavia, os participantes apresentavam *contextos de vida* distintos, desde ausência de uma das figuras de vinculação, história de agressividade física e verbal na infância e comportamentos negligentes por parte dos pais, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, situações de desemprego, bem como excesso de tempos livres. Dois exemplos

ilustrativos são relatados pelo participante 6: “*Passava ali, dias ou semanas sem a ver e às vezes quando a via (...) obrigava-me praticamente a trabalhar na agricultura (...) depois vinha situações menos agradáveis como agressões físicas ou isso.*” e pelo participante 10: “*Portanto, eu estava a atravessar uma fase muito complicada, a minha mãe tinha falecido, hum, eu encontrava-me a viver na rua, praticamente, entre aspas.*”.

**b) Ocasionalidade do primeiro contacto.** O primeiro contacto com PI surge imprevisivelmente, na sequência da procura de pornografia de adultos. Foi referido por todos os participantes que a primeira visualização não foi intencional, nem programada ((E3): “*Estava misturado com outros vídeos de pornografia.*”; (E5): “*Aconteceu, como aconteceu... filmes pornográficos escrito com nomes errados.*”). Segundo o discurso da maioria dos entrevistados havia um desconhecimento sobre PI e sobre como aceder aos conteúdos, por isso, na sua primeira interpretação consideravam que pudessem ser montagens e não algo real. Assim, perante este contacto inicial, reagem com *choque* e, simultaneamente, *curiosidade*. No que concerne à primeira reação, esta caracteriza-se por incredulidade face ao que assistiam, questionando-se sobre a veracidade das imagens e estabelecendo comparação com pornografia de adultos, no que concerne à representação de um papel, (E5): “*Senti tanta coisa. Hum...pânico. Hum...sei lá. Ficar assim... estupefacto.*”. Relativamente à curiosidade, referem ser fruto do seu desconhecimento face ao crime, conduzindo à procura de respostas para as suas questões, o que aumentou mais o seu interesse, passando a direccionar a sua pesquisa. Por exemplo, o participante 7 referiu: “*...digamos que eu sinto muita curiosidade quando vi a primeira vez uma coisa do género, fiquei entre cair para o lado e acreditar se era verdade ou mentira, não é? (...) Será que é uma montagem?*”

**c) Procura intencional e deliberada.** Após um crescimento gradual da curiosidade, e com o intuito de comprovarem as suas crenças de “encenação”, a procura de PI passou a ser propositada e focalizada, com critérios bem definidos. É referido, com exceção de um participante, que a visualização de menores em atos sexuais tinha outros fins que não a obtenção de satisfação sexual. Tendo em conta que a sua ocupação de tempos livres era navegar na internet, e face ao seu isolamento social, centraram-se na pesquisa de PI, aumentando a frequência deste comportamento. Quando comparado ao consumo prévio de visualização de pornografia de adultos existe, na maioria dos casos, um abandono deste comportamento.

(E2): “*Nos últimos meses, já...já começava a ir mais vezes, porque queria, tinha mais curiosidade em ver mais vezes e assim, e era onde eu queria ir.*”

(E3): “*Ao início apareceu, depois procurei.*”

(E10): “*Mas eu como já sabia como é que havia de chegar lá, portanto, foi uma má lição que me levou realmente a me focar só na pornografia infantil.*”

**d) Manutenção do comportamento – Hábito.** Quando interrogados sobre os motivos para a manutenção da procura de conteúdos envolvendo menores, os participantes referiram que o seu comportamento constituía uma rotina, que se tornou uma prioridade e uma necessidade. Destacaram o abandono de algumas atividades recreativas em prol da sua pesquisa ((E2): “*No fundo era importante (...) era uma coisa que já estava a começar a, como é que eu vou explicar, a... no fundo a ganhar vício de estar ali, de querer ver, ver e ver.*”). Alguns participantes negaram a possibilidade de virem a estabelecer ou de se sentirem interessados por estabelecer *contactos físicos* com menores na sequência do desenvolvimento do seu hábito de consumo destes conteúdos. Referiram que o seu maior interesse se centrava na obtenção de ficheiros de pornografia de menores e não no seu conteúdo, isto é, nas vítimas em si. Porém, alguns consideraram a possibilidade de estabelecer esses contactos, muito embora não o concretizassem, ou por não ter possibilidades de deslocação, ou por uma negação por parte das vítimas, como referido pelo participante 8: “*... ao fim de dois ou três não ou qualquer coisa, passou-me. Que foi daí que depois esqueceu tudo!*”

**e) Término - Contacto Sistema de Justiça.** A cessação do comportamento criminoso esteve maioritariamente associada ao *contacto com o Sistema de Justiça*. Ainda assim, nem todos os entrevistados compreenderam de que forma esse comportamento era errado e o porquê de serem penalizados. Dadas as especificidades deste subtema, desenvolveu-se um tema que explorasse este contacto com a justiça e a forma como os participantes o concebem.

(E2): “*Principalmente quando o meu pai recebeu a primeira notificação em casa, da Polícia Judiciária*”

(E3): “*Foi um dia de manhã, muito cedo, que eles chegaram lá a casa e pronto. Fizeram...Detiveram, hum... pronto o computador, etc.*”

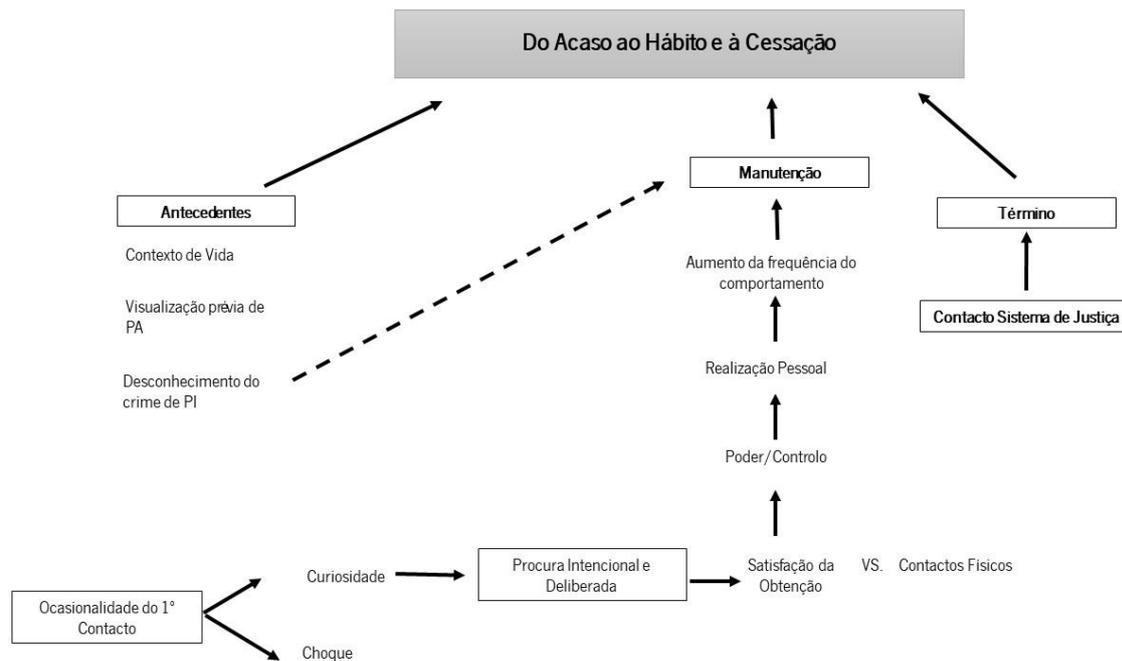


Figura 2. Mapa temático relativo ao tema central “Do acaso ao hábito e à cessação do comportamento criminoso”

### 3) Contacto com Sistema de Justiça.

Este tema descreve a forma como os participantes percecionam o contacto com o sistema de justiça e o seu contributo para a cessação do comportamento criminoso. Forçosamente foram confrontados com a dimensão criminosa do comportamento desempenhado até ao momento, compreendendo, só nesse momento, as consequências do mesmo (Figura3).

**a) Desconhecimento do crime.** O início e manutenção da procura de conteúdos envolvendo menores estava associado ao desconhecimento dos contornos legais deste crime. Justificam, por isso, que mantinham pesquisas intencionais e deliberadas, por não saberem que se tratava de um ato com contornos criminosos. No entanto, observaram-se contradições no discurso dos participantes. Alguns referiram que, embora seja uma temática abordada pelos Media, desconheciam a existência de conteúdos de PI. Referiram desconhecer a forma de divulgação de conteúdos e de propagação da sua identificação digital, alegando não saber que partilhavam simultaneamente esses conteúdos e que outros utilizadores poderiam aceder aos mesmos.

(E2): “ Como era tudo ligado na internet, de Messenger, emails e tudo, pensei que não fosse crime.”

(E3): “ Hum... que é crime, crime a gente não sabe. Ouve relatos das notícias, etc., não é? Mas, hum... da gravidade nós nunca temos noção. Eu nunca tive noção, não é?”

**b) Notificação/PJ.** A receção da notificação da Polícia Judiciária (PJ) ou a presença de elementos da PJ em suas casas é descrita por todos os participantes como um momento marcante e decisivo. É a partir deste momento, que cessam o comportamento de PI, não só porque passam a compreender os contornos legais do fenómeno, como também pelo impacto que este tem para si, pela compreensão da gravidade e porque o medo das consequências ao incorrer no mesmo comportamento parece sobrepor-se ao impulso e necessidade de manter o hábito. Quanto à *compreensão do crime*, os participantes referiram que apenas aquando deste contacto com o sistema de justiça lhes foi possível assimilar os limites deste crime, nomeadamente, a vitimização a que os menores são sujeitos, como referido pelo participante 7: “... *ainda bem que fui penalizado. Porque aí eu tomei consciência de uma coisa, consciência de que eu estava a cometer um crime sobre outros crimes, estava a aumentar a criminalidade.*”. Contudo, a cessação do comportamento também se deveu ao *medo das consequências*, não só pelo receio de estarem novamente envolvidos em processos judiciais (E3): “*E para não cair no mesmo processo...*”, mas também pelo detrimento das relações interpessoais, questionando-se sobre o seu modo de reacção face à descoberta do seu envolvimento neste crime, (E10): “*(...) vou precisar de ajuda de alguém, um dia, para poder contar... para me poder ajudar a contar à minha família (...)*”.

**c) Rótulo vs. Não identificação.** Os entrevistados relataram que aquando desta deslocação da PJ às suas casas, estes os rotulavam como pedófilos, e que a sua forma de tratamento os denunciava. Assim, e face ao alegado desconhecimento face ao crime, os sujeitos afirmaram que não se identificam com esses mesmos rótulos, uma vez que consideravam que o seu comportamento não era crime. Neste sentido, o participante 5 menciona: “*Porque eles entraram com rótulos, que eu olhava nos olhos das pessoas, de pedófilo e eu entendo é o trabalho deles. Porque eu não me identificava com aquilo.*”.

**d) Evitamento.** Mediante o medo, e os aspetos descritos previamente, observou-se no discurso dos participantes, o desenvolvimento de estratégias para não incorrerem no crime. Assim, adotaram *comportamentos de evitamento*, mencionando que evitavam pensar na sua experiência com PI. Desta forma, deixaram de assistir a notícias que envolviam crianças, afirmando que os perturbava e obrigava a relembrar o seu passado com PI, como referido pelo participante 3: “*Ainda hoje, eu não consigo ver uma notícia... Ontem foi detido aquele francês que matou aquela criança, etc. Mas eu não consigo ler essas notícias, nem nada.*”. Passaram, também, a procurar *atividades alternativas* de forma a mudar o foco da sua atenção e extrair valores positivos perante acontecimentos negativos. De modo a reorganizarem as suas vidas e afastarem-se da possibilidade de recair no crime de pornografia

de menores, mencionaram que mudaram o seu quotidiano, passando a estar empregados e ocupando os tempos livres com atividades que não envolvessem o uso de tecnologias e da internet, (E10): “*Para superar isso, hum, tive que arranjar um rumo de vida! Pronto, e o meu rumo de vida foi exatamente o ocupar o tempo com outras coisas.*”.

e) **Concetualização positiva da experiência.** Apesar das principais consequências pelo seu envolvimento no crime de PI, os entrevistados parecem conceptualizar a experiência e contacto com o sistema de justiça de forma positiva. Alegam que se a justiça não tivesse intervido, mantinham o seu desconhecimento face ao crime e provavelmente preservariam o comportamento. Um exemplo ilustrativo é dado pelo participante 9: “*São experiências tão marcantes e negativas que até ajudam de uma maneira positiva a evoluir, a lidar melhor com a vida.*”. Em suma, percebem esta experiência como benéfica e positiva para si, da qual retiram aprendizagens e associam melhorias nas suas vidas (ex.: obtenção de emprego, desenvolvimento de outras atividades de ocupação de tempos livres, ...)

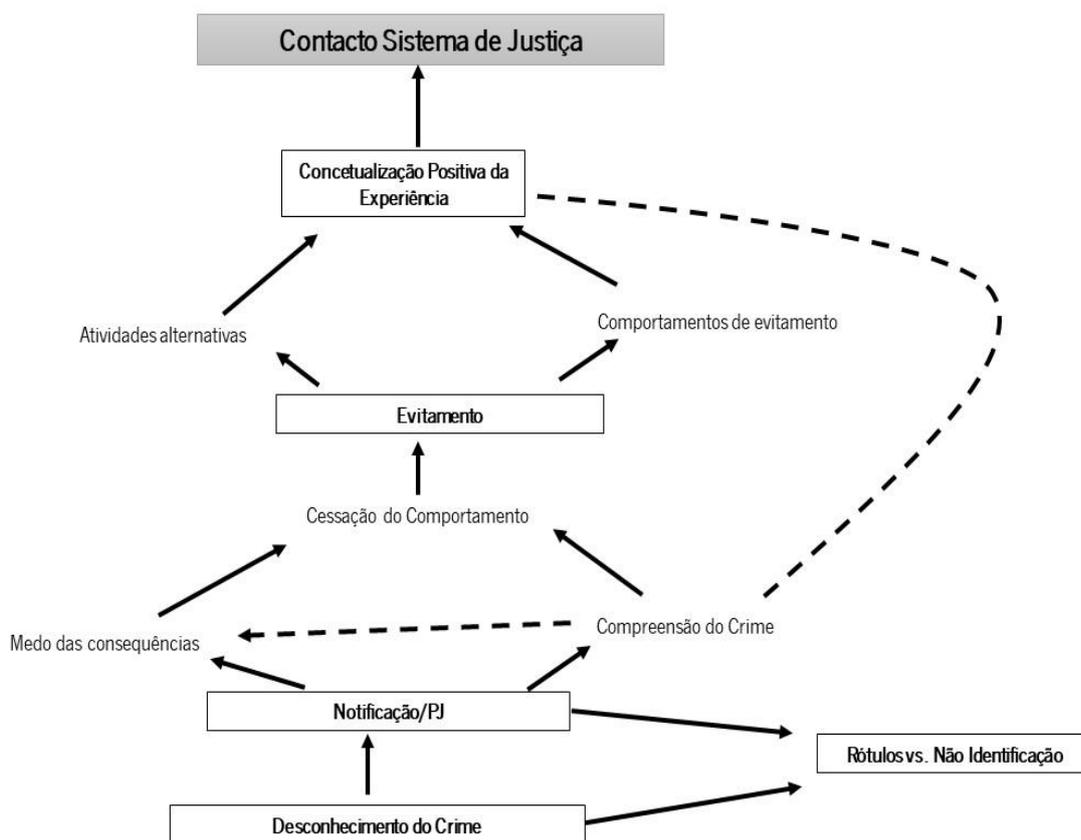


Figura 3. Mapa temático relativo ao tema central “Contacto com Sistema de Justiça”.

### Discussão

O presente estudo pretendeu responder à questão “Como é que os pornógrafos infantis percebem o seu comportamento criminoso e que papel é que este tem para as suas vidas?”,

explorando-se o ponto de vista destes ofensores acerca do seu comportamento criminoso e do que representa para as suas vidas.

Os resultados demonstraram que o primeiro contacto com PI ocorreu de forma ocasional e no seguimento do consumo de pornografia de adultos, suscitando curiosidade nos participantes. Todavia, existiram antecedentes, considerados fatores de risco para o contacto com PI, nomeadamente, impulsividade, egocentrismo, ausência de empatia e questões associadas à autoestima. Não obstante, os percursos de vida heterogéneos dos sujeitos, conjugados com isolamento social e relacionamentos interpessoais instáveis, contribuíram não só para a génese como para a manutenção do comportamento criminoso. Acresce que os participantes sustentavam este comportamento tendo por base distorções cognitivas, que afetavam o modo como compreendiam o crime de PI. Paralelamente, e de modo a desculpabilizar o seu comportamento, procuraram atribuir responsabilidades a fatores externos. Depreendeu-se que a cessação do crime de PI estava relacionada com o contacto com o sistema de justiça, que lhes permitiu, apenas nessa altura, perceber os contornos legais do crime em questão, acabando por temer incorrer nas mesmas consequências. Deste modo passaram a desenvolver comportamentos de evitamento, por forma a mudar o foco da sua atenção e evitar recair no mesmo crime. Todavia, parecem conceptualizar a experiência de contacto com o sistema de justiça como positiva e benéfica para si.

A caracterização dos sujeitos encontrada no presente estudo é, em muitos aspetos, coerente com a literatura. Primeiramente, é possível enquadrar os participantes no grupo “online offenders”, descrito por Babchishin e colaboradores (2015), uma vez que visualizavam, descarregavam e/ou transmitiam imagens de crianças em contexto sexual (Cohen-Almagor, 2013), sem estabelecerem contactos físicos com menores. Nos participantes salientam-se características como impulsividade, autoestima elevada e ausência de empatia. No que concerne à primeira, os pornógrafos infantis agem de forma a obterem satisfação imediata das suas necessidades, não procurando refletir nas consequências do seu comportamento, não só para si como para as vítimas. Depreendeu-se que a impulsividade era maior à medida que a sua curiosidade também aumentava, refletindo-se na manutenção do comportamento. Paralelamente, foi possível depreender que os participantes apresentavam autoestima elevada no que diz respeito à obtenção de conteúdos de PI. Todavia, estes resultados não são congruentes com a literatura que, tem vindo a referir que por norma, estes ofensores sexuais revelam uma baixa autoestima (Marshall, Marshall, Serran, & O'Brien, 2009) influenciada por relacionamentos pouco favoráveis com os progenitores durante a sua infância (Marshall, Anderson, & Champagne, 1997). Por outro lado, pouco se sabe sobre a forma como os

entrevistados se sentiam consigo mesmos em outras áreas da sua vida, sendo que poderiam usar a PI como forma de elevar a sua autoeficácia e autoestima e compensar o modo como se sentiam quando afastados desta sua realidade. Sabe-se, contudo, que a baixa autoestima se relaciona com tendências para minimizar o crime, atribuir culpas a fatores externos de modo a melhor conseguir justificar o seu comportamento (Marshall et al., 2009). Por último, foi notório nos participantes uma ausência de empatia. É referido na literatura que a manifestação de empatia está relacionada com uma variedade de características pessoais e situacionais das pessoas observadas (Marshall et al., 2009). Por conseguinte, os entrevistados ao estabelecerem comparações entre PI e PA, considerando que os intervenientes dão o seu consentimento, desempenhando um papel de forma voluntária, não percecionam todo o ambiente de PI como errado e conseqüentemente não estabelecem relações de empatia com as vítimas menores. Adicionalmente, estes indivíduos não se identificam como ofensores, nem consideravam, no momento, estar a cometer um crime, o que reforça o não reconhecimento de vítimas. Acresce que, os pornógrafos desta amostra, não manifestam satisfação sexual pelos conteúdos explícitos de PI, mas pela obtenção em si mesma. Portanto, e de acordo com os estudos de Laulik, Allam, & Sheridan (2007), o facto de os ofensores apresentarem baixos níveis de excitação sexual leva a uma maior objetificação das crianças vítimas de PI, o que reduz a probabilidade de estabelecer empatia, tornando-se responsável pela manutenção do comportamento criminoso.

A caracterização social dos participantes permitiu identificar que o contexto de vida e a dificuldade em estabelecer relacionamentos interpessoais, apresentam-se como desencadeadores do comportamento de PI. A ausência de uma das figuras de vinculação ou dificuldades de relacionamento com os progenitores, com histórico de agressividade física por parte destes destacam-se nestes sujeitos. Num estudo, Middleton, Elliott, Mandeville-Norden e Beech (2006), concluíram que 35% da sua amostra apresentava défices de intimidade, referindo que o estilo de vinculação insegura está subjacente, e em momentos de maior isolamento, abstraem-se na internet. Também os autores McCormack, Hudson e Ward (2002), mencionaram que as relações de vinculação com os progenitores ou cuidadores primários influenciam fortemente relacionamentos futuros. Assim, e uma vez que os ofensores sexuais têm dificuldades em estabelecer relacionamentos interpessoais, pode associar-se a ligações negativas com os progenitores. Outra possibilidade diz respeito a alguma forma de perda parental, tal como morte ou separação (McCormack et al., 2002). A literatura aponta ainda, que o envolvimento em comportamentos sexuais, abusivos ou não, é apresentado como forma de compensar a solidão e ausência de relações de intimidade (Armstrong & Mellor, 2016).

Paralelamente aos fatores sociais, a procura continuada e deliberada de PI é sustentada por distorções cognitivas, um conceito comum em crimes de agressão sexual, particularmente quando as vítimas são crianças (Howitt & Sheldon, 2007), e que exerce influência sobre o comportamento criminoso (Quayle & Taylor, 2003). Estas distorções são usadas como forma de afastar as responsabilidades (Howitt & Sheldon, 2007; Marshall et al., 2009), reduzir o sentimento de culpa e persuadir as autoridades policiais alegando desconhecimento face ao crime ou casualidade na sua descoberta (Bourke & Hernandez, 2009). Os participantes mencionaram acreditar que as crianças não se envolvem em PI forçosamente, uma vez que revelam expressões faciais de apreciação e satisfação. Analisando os seus discursos, consideram-se vítimas pela facilidade com que conseguem obter o que pretendem e que os menores não pensam nas consequências da sua exposição. Marshall e seus colaboradores (2009) também apresentaram algumas das distorções mais comuns entre os ofensores sexuais, que vão de encontro às identificadas neste estudo.

As crenças disfuncionais não foram os únicos fatores identificados como condições da manutenção do comportamento de PI. Os entrevistados consideram a PI como um escape da sua vida real, uma forma de fugir às emoções negativas e aos estados de ansiedade, acabando por criar um hábito. A internet, para alguns, permite evitar estados de aborrecimento, depressão e ansiedade (Armstrong & Mellor, 2016). Morahan-Martin e Schumacher (2000), num estudo realizado com 277 estudantes, concluíram que a internet era percecionada como um espaço para relaxar e não estar sob pressão, de modo a poder “fugir” do seu quotidiano. A PI é usada como uma estratégia de coping, por forma a lidar com o stress e a falta de intimidade no seu quotidiano, porém é considerada uma estratégia mal adaptativa, uma vez que induz o indivíduo a incorrer em comportamentos criminosos (Wall, Pearce, & McGuire, 2011). Assim, esta estratégia de evitamento emocional e escape da vida real apresentada pelos pornógrafos entrevistados vai de encontro à literatura existente, o que associado às distorções cognitivas (ex.: desconhecimento dos contornos legais do crime de PI) parece conduzir à persistência no crime de PI.

Apesar deste interesse por PI persistir no tempo, negam ter interesse em estabelecer contactos físicos com as vítimas. Seria necessária uma exploração mais aprofundada que permitisse analisar a veracidade do discurso, ou compreender se se relaciona a questões de desejabilidade social ou medo de sofrer represálias caso manifestassem essa vontade aquando do decorrer da entrevista. Uma vez que estes indivíduos são acompanhados no âmbito da DGRSP e pela UPCJ, e as entrevistas foram elaboradas nesse contexto, a conotação atribuída a esta questão poderá não ter sido a melhor. No

entanto, uma justificação para a negação dos contactos físicos poderá prender-se com a questão do evitamento emocional e dificuldades nos relacionamentos interpessoais (Babchishin et al., 2011).

Um fator em consideração é a forma não programada do primeiro contacto com PI. A maioria dos sujeitos descreve o primeiro contacto como ocasional, redirecionados por links, no seguimento da visualização de pornografia de adultos, para satisfação das suas necessidades sexuais. Isso vai de encontro às dificuldades apresentadas nos relacionamentos interpessoais, pois permitia a sua realização pessoal sem necessidade de contactos físicos com terceiros. Também Prichard, Watters e Spiranovic (2011) concluíram que associado às páginas de internet surgem links que por si só representam risco para o primeiro contacto com PI, sendo acedidos, como referem Seto e colaboradores (2010) por impulso e curiosidade. Porém, após este primeiro confronto com PI, o comportamento dos entrevistados não cessou, pelo contrário, as suas pesquisas passaram a ser deliberadas e intencionais, com um crescimento exponencial da curiosidade, maioritariamente responsável pela manutenção do comportamento por longos períodos.

O presente estudo também se revelou importante na compreensão das razões que levaram os pornógrafos a cessar o seu comportamento desviante. A principal explicação prende-se com o contacto com o sistema de justiça. Só aquando da primeira notificação judicial ou aquando da deslocação da polícia judiciária ao domicílio é que os pornógrafos se defrontaram com o crime de pornografia de menores. É importante salientar, que na presente amostra, nenhum sujeito apresentava antecedentes criminais, indo de encontro ao estudo de Babchishin e colaboradores (2011). Este primeiro confronto com a justiça possibilitou a compreensão dos contornos legais da PI, permitindo-lhes adquirir conhecimento sobre esta área e compreender que se trata de um crime com vítimas. Todavia, consideram que a abordagem da PJ era enviesada por rótulos, influenciando a forma como eram tratados. Tewksbury (2012) afirma que os ofensores sexuais sempre foram alvo de alguma marginalização e categorização, enfrentando reações negativas por parte da comunidade. Concluiu também que quando percecionam ser injustiçados, utilizam um discurso mais voltado para a vitimização, procurando minimizar o seu comportamento, referindo que todas as pessoas podem errar. Confrontados com a possibilidade de recaída no crime de PI, os entrevistados afastam a hipótese, principalmente, pelo medo de incorrerem nas mesmas consequências. mais uma vez, que esta reposta pode dever-se ao contexto em que as entrevistas se desenvolveram.

Este estudo trouxe um carácter inovador dada a inexistência de dados sobre pornógrafos infantis na população portuguesa, podendo deste modo preencher-se lacunas existentes na literatura e potenciando estudos futuros sobre a temática, principalmente tendo em conta o seu carácter

exploratório e a não saturação dos dados. Contudo, identificam-se algumas limitações, nomeadamente, o carácter reduzido da amostra, traduzido por dificuldades na obtenção do consentimento e disponibilidade dos sujeitos para partilha destes conteúdos, mesmo tendo sido esclarecidas as questões de anonimato e confidencialidade. Uma outra limitação prende-se com o contexto em que as entrevistas se realizaram, uma vez que ocorreram nas equipas de reinserção onde os participantes se encontravam em acompanhamento.

Em investigações futuras seria importante averiguar que estratégias de coping os pornógrafos infantis passam a utilizar de modo a substituir o seu hábito de pesquisa por PI, uma vez que cessado este comportamento criminoso, necessitam de alternativas para mudar o foco da sua atenção. Poderá também revelar-se interessante procurar compreender em que altura surgem as distorções cognitivas, uma vez que o primeiro contacto é ocasional e não se havia pensado nesta temática antes deste confronto.

### Referências

- Armstrong, J., & Mellor, D. (2016). Internet child pornography offenders: An examination of attachment and intimacy deficits. *Legal and Criminological Psychology, 21*(1), 41–55.  
doi:10.1111/lcrp.12028
- Artigo 176.º, Lei nº 48/95 de 15 de março. Pornografia de menores. Código Penal Português.
- Azevedo, A. M. S. (2010). *Pornografia infantil e internet: Uma visão internacional*. Centro Universitário de Brasília Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD.
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & Hermann, C. A. (2011). The characteristics of online sex offenders: A meta-analysis. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment, 23*, 92–123.  
doi:10.1177/1079063210370708
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & VanZuylen, H. (2015). Online child pornography offenders are different: A meta-analysis of the characteristics of online and offline sex offenders against children. *Archives of Sexual Behavior, 44*(1), 45–66. doi:10.1007/s10508-014-0270-x
- Bourke, M. L., & Hernandez, A. E. (2009). The “butner study” redux: A report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. *Journal of Family Violence, 24*(3), 183–191. doi:10.1007/s10896-008-9219-y
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Burke, A., Sowerbutts, S., Blundell, B., & Sherry, M. (2002). Child pornography and the internet: Policing and treatment issues. *Psychiatry, Psychology and Law, 9*(1), 79–84.  
doi:10.1375/pplt.2002.9.1.79
- Cohen-Almagor, R. (2013). Online child sex offenders : Challenges and counter-measures. *The Howard Journal of Criminal Justice, 52*(2), 190–215. doi:10.1111/hojo.12006
- Henshaw, M., Ogloff, J. R. P., & Clough, J. A. (2015). Looking Beyond the Screen: A Critical Review of the Literature on the Online Child Pornography Offender. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 1*–30. doi:10.1177/1079063215603690
- Hill, C., Thompson, B., & Williams, E. (1997). A Guide to conducting consensual qualitative research. *The Counseling Psychologist, 25*(4), 517–572.
- Howitt, D., & Sheldon, K. (2007). The role of cognitive distortions in paedophilic offending: Internet and contact offenders compared. *Psychology, Crime and Law, 13*(5), 469–486.  
doi:10.1080/10683160601060564
- Laulik, S., Allam, J., & Sheridan, L. (2007). An investigation into maladaptive personality functioning in

- internet sex offenders. *Psychology, Crime and Law*, 13(5), 523–535.  
doi:10.1080/10683160701340577
- Marshall, W. L., Anderson, D., & Champagne, F. (1997). Self-esteem and its relationship to sexual offending. *Psychology, Crime & Law*, 3(3), 161–186. doi:10.1080/10683169708410811
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Serran, G. A., & O'Brien, M. D. (2009). Self-esteem, shame, cognitive distortions and empathy in sexual offenders: Their integration and treatment implications. *Psychology, Crime and Law*, 15(2–3), 217–234. doi:10.1080/10683160802190947
- McCormack, J., Hudson, S. M., & Ward, T. (2002). Sexual offenders' perceptions of their early interpersonal relationships: An attachment perspective. *Journal of Sex Research*, 39(2), 85–93. doi:10.1080/00224490209552127
- Middleton, D., Elliott, I. A., Mandeville-Norden, R., & Beech, A. R. (2006). An investigation into the applicability of the Ward and Siegert Pathways Model of child sexual abuse with Internet offenders. *Psychology, Crime and Law*, 12(6), 589–603. doi:10.1080/10683160600558352
- Morahan-Martin, J., & Schumacher, P. (2000). Incidence and correlates of pathological internet use among college students. *Computers in Human Behavior*, 16(1), 13–29. doi:10.1016/S0747-5632(99)00049-7
- Prichard, J., Watters, P. A., & Spiranovic, C. (2011). Internet subcultures and pathways to the use of child pornography. *Computer Law & Security Review*, 27, 585–600. doi:10.1016/j.clsr.2011.09.009
- Procuradoria Geral da República (PGR, 2016). *Inquéritos referentes a pornografia infantil: Primeiro semestre 2016*. Lisboa: Portugal: Ministério Público.
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Child Pornography and the internet : perpetuating a cycle of abuse. *Deviant Behavior*, 23(4), 331–361. doi:10.1080/01639620290086413
- Quayle, E., & Taylor, M. (2002). Paedophiles , pornography and the internet : Assessment issues. *British Journal of Social Work*, 3(2), 863–875. doi:10.1093/bjsw/32.7.863
- Quayle, E., & Taylor, M. (2003). Model of problematic internet use in people with a sexual interest in children. *CyberPsychology & Behavior*, 6(1), 93–106. doi:10.1089/109493103321168009
- Reijnen, L., Bulten, E., & Nijman, H. (2009). Demographic and personality characteristics of internet child pornography downloaders in comparison to other offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(6), 611–622. doi:10.1080/10538710903317232
- Seto, M. C., Reeves, L., & Jung, S. (2010). Explanations given by child pornography offenders for their crimes. *Journal of Sexual Aggression*, 16(2), 169–180. doi:10.1080/13552600903572396

- Tewksbury, R. (2012). Stigmatization of sex offenders. *Deviant Behavior*, 33(8), 606–623. doi:10.1080/01639625.2011.636690
- Wall, G. K., Pearce, E., & McGuire, J. (2011). Are internet offenders emotionally avoidant? *Psychology, Crime and Law*, 17(5), 381–401. doi:10.1080/10683160903292246
- Webb, L., Craissati, J., & Keen, S. (2007). Characteristics of internet child pornography offenders: A comparison with child molesters. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 19(4), 449–465. doi:10.1007/s11194-007-9063-2
- Wells, M., Finkelhor, D., Wolak, J., & Mitchell, K. J. (2007). Defining child pornography: Law enforcement dilemmas in investigations of internet child pornography possession. *Police Practice and Research*, 8(3), 269–282. doi:10.1016/B978-0-323-03952-9.50011-8
- Wortley, R., & Smallbone, S. (2006). *Child pornography on the internet. Policing An International Journal of Police Strategies Management*. doi:10.1016/j.psc.2012.08.004